



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer Moção de repúdio ao ato de Racismo praticado contra a Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 117, caput, do Regimento Interno, que seja submetido à apreciação do Plenário o presente Requerimento de Moção de repúdio Ato de Racismo praticado contra a Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo.

JUSTIFICAÇÃO

Manifestamos, por meio desta moção, nosso veemente repúdio ao ato de racismo institucional sofrido pela ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo, ocorrido no dia 16 de maio de 2025, durante a realização do 25º Seminário Ética na Gestão, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, em Brasília.

De acordo com os relatos divulgados pela imprensa, a ministra Vera Lúcia, convidada como palestrante do evento, foi impedida de acessar o local, mesmo após apresentar sua credencial oficial. A ministra relatou ter sido ignorada pelos responsáveis pela recepção, enquanto, no mesmo momento, uma pessoa branca foi autorizada a entrar sem quaisquer obstáculos. Para ela, o episódio foi "desqualificante" e "humilhante", enfatizando que "a violência não é somente o soco na cara físico, é o soco na cara moral, ético, preconceituoso, racista".

Em entrevista, a ministra reforçou a gravidade do ocorrido, afirmando que "o racismo permeia todos os espaços e ambientes". Sua fala escancara a persistência e a perversidade do racismo institucional e estrutural ainda fortemente enraizados no Brasil, atingindo até mesmo autoridades negras em altos cargos da República. Como destacou, "a ideia de que negros e negras podem ocupar espaços institucionais ainda causa incômodo".





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diversas organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), a Frente de Mulheres Negras do DF e outras entidades, emitiram notas de repúdio ao episódio, exigindo apuração rigorosa dos fatos e responsabilização dos envolvidos. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República manifestou solidariedade à ministra, esclarecendo que o episódio não foi protagonizado por servidor da Comissão, mas por equipe terceirizada de segurança, contratada pelo condomínio que administra o prédio onde ocorreu o evento.

Nos solidarizamos com a ministra Vera Lúcia Santana Araújo e reiteramos nosso compromisso com a defesa irrenunciável e a promoção da igualdade racial, bem a nossa disposição de luta e combate incessante ao racismo em todas as suas formas. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda se perpetuem práticas discriminatórias e excludentes, especialmente em ambientes institucionais, onde deveriam prevalecer o respeito, a equidade e a valorização da diversidade.

Exigimos a imediata apuração dos fatos e a devida responsabilização das pessoas que deram causa à essa violação de direito, bem como a adoção de políticas efetivas de combate ao racismo institucional, assegurando condições dignas e igualitárias para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou cor.

Por uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e antirracista!

Nesse sentido, solicito apoio dos (as) nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

